

## Resumo da conversa com o Fernando, das Águas de São Francisco (ASF) sobre as perguntas priorizadas

*O número entre parênteses depois de cada pergunta representa o número de votos que cada uma delas recebeu.*

Estamos investigando juntos a questão do abastecimento de água em Barcarena. No último encontro do grupo, estudamos o contrato de concessão da Águas de São Francisco e levantamos perguntas. Neste encontro, o Fernando, que trabalha na Águas de São Francisco, esteve conosco e entrou no diálogo sobre parte das perguntas que o grupo julgou mais relevantes. A seguir, uma memória da conversa, a partir das perguntas:

Qual a situação do abastecimento em áreas rurais e ribeirinhas? De quem é a responsabilidade? (6)

Poder público: é ele que comanda onde deve ser estendida a rede de água no Município junto às ASF? (4)

O contrato de concessão foi feito em 2014 e o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) vigente à época era o de 2006. É importante dizer que o contrato diz respeito exclusivamente à zona urbana de Barcarena. Zonas de *expansão urbana* e *rurais* não são de obrigatoriedade contratual. A responsabilidade por elas é da Prefeitura, mais especificamente a Secretaria de Obras.

<O que é o PDDU?>

Para que ofereça qualidade de vida para todos, o ideal é que uma cidade cresça de maneira equilibrada, com definições prévias acerca das prioridades do município e das destinações de uso de seu território. É para esse fim que foi criada a exigência de elaboração do Plano Diretor. Trata-se do documento-base de orientação da política de desenvolvimento dos municípios brasileiros. O Plano Diretor está previsto na Lei 10.257/01, conhecida como Estatuto da Cidade. Todos os municípios com mais de 20 mil habitantes devem elaborar um Plano Diretor, o que engloba boa parte dos municípios e população brasileiros.

Fonte: <https://www.politize.com.br/plano-diretor-o-que-e/>

Isso significa que o crescimento urbano entre 2006 e 2014 não foi considerado no compromisso entre ASF e o governo, ou seja, temos comunidades não contempladas no planejamento da ASF - Bom Futuro, Renascer com Cristo e Novo Paraíso, por exemplo. Em 2016, o PDDU foi revisado e essas comunidades passaram a fazer parte. Tanto o PDDU de 2006 quanto o de 2016 foram realizados de maneira “participativa”. Levantou-se a questão sobre o quanto de fato os moradores das comunidades participaram e sobre as formas adotadas para convidar as pessoas a contribuírem.

Outra nova questão que surgiu foi: quais os critérios utilizados para definir o que é zona rural e o que é zona urbana?



*O mapa acima serviu como base para as nossas discussões. As áreas circuladas em azul representam o escopo atual do contrato de concessão, referente ao PDDU de 2006.*

## Como foi o processo de concessão? Foi participativo e transparente? (6)

No caso da água, por lei, a responsabilidade por prover acesso é do governo. A prática da concessão tem a ver com o governo concedendo a uma empresa privada, no caso a Águas de São Francisco, o dever de prover o acesso a água. A concessão só é feita após uma consulta à sociedade e um processo de concorrência entre diversas empresas. Em troca, a empresa ganha o direito de operar em um período específico, no caso 30 anos, cobrando dos usuários pelo serviço prestado de prover acesso. Isso é importante: cobra-se pelo serviço de prover água, não pela água em si.

Em relação a ser participativo e transparente, o que foi dito é que foram abertas consultas públicas para considerar a opinião da sociedade civil. Isso levou o grupo a levantar questões como:

- O que inviabiliza a participação popular nessas consultas? Por que as pessoas não vem?
- Só abrir a consulta pública e passar com um carro-som é suficiente para convidar as pessoas para essa conversa? Isso é participação de verdade?

## Como garantir melhoria e ampliação do serviço se houver ampliação da área urbana? (5)

Para que o serviço seja ampliado, é preciso que o contrato seja revisado. Entendemos que parece ser de interesse tanto da Águas de São Francisco quanto da Prefeitura e da sociedade que o serviço seja ampliado. A ASF está conversando com a Prefeitura a respeito, mas que não sabemos muito a respeito da perspectiva do governo. Daqui surgiu a possibilidade de o grupo passar a se articular para iniciar conversas com a Prefeitura também, para que essa pauta seja priorizada.

O que é considerado prioridade dentro da forma de operar da Águas de São Francisco?

A concentração de casas. Em Barcarena, ainda existem algumas áreas em que não possuem rede instalada e tem baixa concentração. Logo, essas áreas vão sendo deixadas para um segundo momento. A prioridade é atender o maior número de pessoas possível.

Da perspectiva trazida pelo Fernando, da ASF, uma das maiores questões para a concessionária hoje são as ligações clandestinas na rede de água. Isso acaba gerando vazamentos mais difíceis de identificar, comprometimento da infra-estrutura e distorções em cobranças. A prioridade para 2019 é de reduzir as perdas por clandestinidade. Disse também que a ASF tem capacidade limitada de monitorar tudo o que acontece em todos os lugares e convidou o grupo a tomar o papel de “fiscal” de vazamentos, colaborando avisando sempre que perceberem algo fora do lugar. Os meios de contato são:

- Call Center: 0800 933 1000
- Whatsapp de atendimento: (91) 99174-5940
- Loja de atendimento I: Rua Germano Aranha, quadra 289, lote 01, em Vila dos Cabanos.

- Loja de atendimento II: Avenida Governador Magalhães Barata, de esquina com a Rua Vereador João Pantoja de Castro, em Barcarena Sede.

Fernando também trouxe os aspectos administrativos: com os recursos disponíveis, é preciso fazer escolhas - de onde cuidar primeiro, por exemplo. Por isso é necessário o diálogo aberto com a sociedade e a consciência de que comportamentos como o de ligações clandestinas desvia recursos do abastecimento para atividades de fiscalização, por exemplo.

## Do que se trata a responsabilidade da ASF de proibir a utilização de fontes alternativas (poços)? (2)

Segundo o contrato de concessão, a partir do momento que passe a rede de água na frente de uma casa, esta seria obrigada a aderir ao serviço. Caso haja resistência, a Secretaria do Meio Ambiente é acionada para avaliar a qualidade da água do poço. Segundo o Fernando, a maior parte dos poços está contaminada, especialmente por serem furados próximos às fossas das casas. Trouxe também a informação de que, para cada um real investido em saneamento, economiza-se 4 em saúde - com água e esgoto de qualidade, as doenças diminuem e, portanto, não é necessário que haja gastos em hospitais e remédios, por exemplo. Disse também que um dos desafios da ASF hoje é o diálogo com as pessoas a respeito do uso das águas de poços e do impacto para a saúde.

O município tem o dever de doar os materiais necessários para matar os microorganismos que causam doenças na água; o principal utilizado é o cloro, base para tratamento de água. Então, é daí que nasce essa obrigação no contrato, mas que não entramos muito no detalhe sobre como essa proibição aconteceria, na prática.

<http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/water/wwap/facts-and-figures/all-facts-wwdr3/fact-38-investments-economic-health/>

[http://www.funasa.gov.br/todas-as-noticias/-/asset\\_publisher/lpnzx3bJYv7G/content/-cada-real-gasto-em-saneamento-economiza-nove-em-saude-disse-ministro-da-saude?inheritRedirect=false](http://www.funasa.gov.br/todas-as-noticias/-/asset_publisher/lpnzx3bJYv7G/content/-cada-real-gasto-em-saneamento-economiza-nove-em-saude-disse-ministro-da-saude?inheritRedirect=false)

## Quais as próximas ações / investimentos previstos pela ASF? (2)

As metas da ASF a partir de agora são de reduzir a clandestinidade na rede, terminar a implementação da rede dentro do escopo do contrato que já tem. Ainda assim, tem negociado um novo contrato abrangendo o Plano Diretor mais recente com a Prefeitura.

## Como está o status das metas contratuais até 2019? (3)

Para as seguintes localizações, não conversamos especificamente sobre o status da implementação das redes:

- Barcarena Bethania
- Conde Castanheiras

- Conde Industrial
- Conde Praça
- Cafezal
- Arapari

Para as seguintes localizações, temos aproximações dos **percentuais de rede instalada e de adesão para a rede já instalada**.

Barcarena Sede	Itupanema	Pioneiro/Beira Rio
<b>80%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
<b>40%</b>	<b>80%</b>	<b>50%</b>
Jd. Cabano		São Francisco
<b>100%</b>		<b>50%</b>
<b>70%</b>		<b>50%</b>

Nas comunidades Luz Divina e São José, a Águas de São Francisco já está atuando, mesmo com essas áreas fora do escopo do contrato. O critério de priorização utilizado para isso foi o fato de essas áreas terem grande concentração de casas.

Ainda sobre o abastecimento de água, as comunidades de Burajuba e Bom Futuro tem recebido água por meio de caminhões e galões de água da Hydro.

Como é feito o monitoramento da ASF pela agência reguladora? Quais as penalidades? (4)

Comitê de Bacia Hidrográfica. Por que não? (1) | Em vez de criar um novo comitê, por que não fortalecer o Conselho da Cidade, para que acompanhe a atuação da ARSEP? (2)

Essas duas questões não foram abordadas diretamente, e o grupo combinou que buscaria o contato da ARSEP e do Conselho da Cidade, para continuar a conversa.

Como serão atendidas as demandas em interrupções não programadas? (1)

Esta pergunta não foi explorada durante a conversa.

## Falas do grupo sobre o que ficou depois da conversa

“Agora eu sei por onde posso começar a encaminhar (a questão da água)...”

“Agimos com noção do coletivo, sem nos fixar em questões puramente individuais”

“A responsabilidade não é só da ASF, como eu pensava que era”

“Agora entendi o porquê da ASF não atender meus pedidos”

“Saio da conversa com mais clareza, acho que qualificamos o diálogo. Ajudou nessa clareza trabalhar olhando o mapa de Barcarena”

“Tava até pensando em fazer ligação clandestina, agora não vou mais. Mas agora a Prefeitura vai me ouvir!”

“Como dar escala para essa conversa tranquila, sem agressividade, que tivemos aqui? Qual a contribuição que este grupo quer dar para Barcarena?”

“Depois que terminarmos a questão da água, acho importante falarmos sobre esgoto!”

## Próximos passos do grupo

Como meta, o grupo gostaria de envolver o setor público para iniciar um diálogo sobre o abastecimento nas áreas não atendidas hoje.

O caminho até lá tem a ver com envolver a Arsep e o Conselho da Cidade para entender qual a melhor forma de acessar o governo. Depois, juntar todas as comunidades urbanas que estão fora do PDDU 2006 para endossar a pauta de atualização do contrato de concessão junto à Prefeitura.

### Compromissos

1. Mara e Antônia se comprometeram a convidar os representantes da Arsep e do Conselho para o próximo encontro.
2. Edson e Daltro se comprometeram a puxar um grupo de aprofundamento sobre as partes mais relevantes do contrato de concessão e convidar os outros participantes.
3. Pedro se comprometeu em consolidar o relato e articular a data do próximo encontro.
4. Participantes se comprometeram em compartilhar o relato do encontro com suas comunidades.